

1 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA**
2 **CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO REALIZADA EM 09 DE JUNHO**
3 **DE 2014.**

4 Às quatorze horas e quinze minutos do dia nove de junho de 2014, em última convocação, no
5 auditório do CASS, à Rua Afonso Cavalcanti, n.º 455, Cidade Nova, reuniram-se representantes
6 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença de
7 conselheiros titulares e suplentes, cujos nomes e assinaturas constam no livro de presença, para
8 tratar dos seguintes assuntos: **1- Leitura e aprovação da ata da assembleia de maio de 2014;**
9 **2- Apresentação dos jovens e adolescentes do Programa Armazém Social do Saber -**
10 **Fundação MUDES; 3- Combate ao Trabalho Infantil – Sr. Joaquim Travassos – SRTE e**
11 **FEPETI/RJ; 4- Deliberação de registros e entrega de Certificados; 5- Deliberação suspensão**
12 **de registro - regularidade 2014; 6- Edital 2013 – Informes/ Deliberação Banca; 7-**
13 **Deliberação Recesso de Projetos Financiados com Recursos do FMADCA; 8- Deliberação**
14 **Cancelamento do Processo de Diagnóstico de Crianças e Adolescentes no município do**
15 **Rio de Janeiro/ CEDAPS – Edital 2012; 9- Deliberação regras de transição mandato**
16 **Conselho Tutelar; 10- Informes das Comissões; 11- Informes Gerais.** A mesa foi composta
17 pelos conselheiros Jose Pinto Monteiro, Danilo Groff Filho, Margareth Leonardo Francisco de
18 Castro e Selma Ribeiro Martins Peres. O presidente Jose Pinto Monteiro registrou a presença da
19 ex-presidente do CMDCA-Rio, Sr.ª Luci Pimenta de Miranda, do Promotor de Justiça, Dr. João
20 Carlos Mendes de Abreu, do auditor do Tribunal de Contas do Município, Sr. Marcelo Simas e da
21 Conselheira Tutelar Liliane Gomes da Cunha, que foi convidada para compor a mesa. Feita
22 inversão de pauta para tratar do item **3- Combate ao Trabalho Infantil – Sr. Joaquim Travassos**
23 **– SRTE e FEPETI/RJ:** O Sr. Joaquim Travassos, auditor fiscal do Ministério do Trabalho,
24 agradeceu o convite e informou que atuava há dez anos no combate ao trabalho infantil e
25 proteção ao adolescente trabalhador. Apresentou o Decreto 6.481/2008, que listava as piores
26 formas de trabalho infantil. Informou sobre o planejamento anual da Secretaria Regional de
27 Trabalho e Emprego e as ações específicas no Rio de Janeiro, com foco na panfletagem de rua e
28 no trabalho de adolescentes em casas de festas. Frisou as ações do FEPETI, que era um fórum
29 composto por órgãos públicos, ONGs, representantes dos trabalhadores, instituições e pessoas
30 jurídicas que atuam na área e citou como exemplo de atuação o Projeto “Trabalho Infantil, Eu
31 Combato”, que era executado nas escolas estaduais. O Sr. Joaquim Travassos deixou os emails e
32 telefones de contato: fepetirj@gmail.com; fepetirj@yahoo.com.br/ 2212-3550 ramal 3646. Aberto
33 para as perguntas, a conselheira Selma Ribeiro Martins Peres indagou sobre a regulamentação
34 dos trabalhos artísticos com crianças e adolescentes. O Sr. Joaquim Travassos informou que não
35 havia uma legislação nacional sobre trabalhos artísticos e esportivos, que estavam regulados
36 através de autorização judicial. Apontou que no Rio de Janeiro havia uma Portaria regulatória da
37 participação de crianças e adolescentes na área artística e a Lei Pelé, que regia os trabalhos na
38 área esportiva, no entanto tais temas ainda eram mal regulamentados. Esclareceu as três formas
39 legais de trabalho para adolescentes a saber: trabalho a partir de 16 anos, trabalho como
40 aprendiz e estágio. O Presidente Jose Pinto Monteiro apontou que o Clube Vasco da Gama
41 mantinha escola para seus atletas e promovia visitas e contatos periódicos com os familiares dos
42 adolescentes. A Srª Vânia Farias, do Ballet de Santa Teresa, se disse preocupada com a falta de
43 regulamentação do trabalho artístico de crianças e adolescentes e apontou que outros países
44 estavam mais adiantados com relação à proteção ao trabalho infanto juvenil. O Sr. Joaquim
45 Travassos apontou que havia divergência teórica quanto a classificar a atividade artística como
46 trabalho, por isso o Decreto 6.481/2008 foi omissivo neste tema para não prejudicar a consistência
47 da legislação. A Srª Aline, da entidade NAVE, questionou quais eram as providências da SRTE,
48 após constatado o trabalho infantil. O Sr. Joaquim Travassos expôs o fluxo adotado nas situações
49 de trabalho formal e de trabalho informal. Nos casos fragantes eram lavrados termos de trabalho
50 infantil para o Ministério Público do Trabalho e encaminhamento para a rede de proteção social. A
51 conselheira Tutelar Erica, do Conselho Tutelar de Madureira, informou que, desde 2013, o CT

52 vinha recebendo denúncias quanto ao descumprimento da legislação do Programa de
53 Aprendizagem Profissional, com imposição de horas extras e ameaças de dispensa, caso o
54 adolescente não aderisse. O Sr. Joaquim Travassos recomendou formalizar denúncia junto ao
55 Ministério Público do Trabalho. **2- Apresentação dos jovens e adolescentes do Programa**
56 **Armazém Social do Saber - Fundação MUDES:** O presidente Jose Pinto Monteiro elogiou a
57 presença de crianças e adolescentes nas assembleias do CMDCA e disse que era um movimento
58 importante para cumprimento da Resolução 159 do CONANDA. A conselheira Maria Auxiliadora
59 Ruas Justos apresentou os adolescentes do Programa de Aprendizagem e informou que a
60 apresentação foi construída na disciplina de artes cênicas, que atuava de forma interdisciplinar
61 abordando temas como exploração sexual e trabalho infantil. Feita a apresentação teatral com o
62 tema de trabalho infantil como vendedores de doces. Presentes na plenária, crianças e
63 adolescentes da Associação kihon-dai de Karatê, que fizeram uma exposição de luta e relataram
64 sobre as experiências dos atletas em diversas competições nacionais. **1- Leitura e aprovação da**
65 **ata da assembleia de maio de 2014:** A conselheira Selma Ribeiro Martins Peres fez leitura da
66 ata da assembleia de 12 de maio de 2014, que foi aprovada por unanimidade. **9- Deliberação**
67 **regras de transição mandato Conselho Tutelar:** O presidente Jose Pinto Monteiro informou que
68 foi realizada reunião entre o CMDCA, o Ministério Público, a Secretaria Municipal de
69 Desenvolvimento Social e a Câmara dos Vereadores para entendimentos quanto as regras de
70 transição do Mandato do Conselho Tutelar, tendo em vista a Resolução n.º 152/2012, do
71 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em cumprimento aos dispositivos
72 legais da Lei Federal n.º 12.696/2012. A conselheira Tutelar Liliane Gomes da Cunha apontou a
73 relevância da Deliberação do CMDCA, no entanto frisou a necessidade de modificar a lei para
74 evitar problemas futuros. A deliberação foi aprovada por unanimidade. **4- Deliberação de**
75 **registros e entrega de Certificados:** O presidente Jose Pinto Monteiro fez a leitura da
76 deliberação de registro, que foi aprovada por unanimidade. Foi feita a entrega de certificados para
77 as entidades. **5- Deliberação suspensão de registro - regularidade 2014:** O presidente Jose
78 Pinto Monteiro fez a leitura da deliberação que tratava da suspensão dos registros das entidades
79 que não apresentaram a documentação para o certificado de regularidade anual. A deliberação foi
80 aprovada por unanimidade. **6- Edital 2013 – Informes/ Deliberação Banca:** O presidente Jose
81 Pinto Monteiro solicitou que os membros da plenária divulgassem o Edital 2013. A Srª Wania
82 Tavares, da secretaria executiva do CMDCA, informou sobre o cronograma do Edital 2013, com
83 recebimento de envelopes nos dias 30/06 e 01/07/2014 e a abertura dos envelopes em sessão
84 pública, no dia 15/07/2014. A Srª Wania Tavares informou sobre a reunião para tratar do Edital, no
85 dia 16/06/14, às 14:30h, na sala Mary Baran e que seria disponibilizado um modelo de elaboração
86 de projetos, no site do CMDCA. A Srª Bruna, das entidades Superar e Dona Meca, questionou
87 sobre o Edital de Projetos para os CMDCA, lançado pela Fundação Itaú Social. A conselheira
88 Margareth Leonardo Francisco de Castro esclareceu que houve reunião, em 9 de junho de 2014,
89 para definir qual projeto o CMDCA iria inscrever no Edital da Fundação Itaú Social, e foi
90 selecionado o projeto **Ação Pedagógica de Apoio à Escolaridade**, da Associação Beneficente
91 Amar. A conselheira Margareth Leonardo Francisco de Castro leu a deliberação que tratava da
92 banca avaliadora do Edital 2013, que foi aprovada por unanimidade. O presidente Jose Pinto
93 Monteiro incentivou a participação das entidades no Edital 2013. A ex-conselheira Luci Pimenta
94 de Miranda pediu atenção das entidades quanto à formalidade exigida para entrega dos projetos.
95 **8- Deliberação Cancelamento do Processo de Diagnóstico de Crianças e Adolescentes no**
96 **município do Rio de Janeiro/ CEDAPS – Edital 2012:** O presidente Jose Pinto Monteiro
97 explicou que houve parecer contrário da Procuradoria Geral do Município quanto à forma de
98 seleção para elaboração do Diagnóstico, e fez a leitura da deliberação, que foi aprovada por
99 unanimidade. **7- Deliberação Recesso de Projetos Financiados com Recursos do FMADCA:**
100 A conselheira Margareth Leonardo Francisco de Castro fez a leitura da deliberação, que foi
101 aprovada por unanimidade. A Srª Vânia Farias, do Ballet de Santa Teresa, argumentou que o
recesso das entidades prejudicava a proteção de crianças e adolescentes no período dos jogos

103 da Copa do Mundo e que sua entidade manteria o atendimento. A conselheira Margareth
104 Leonardo Francisco de Castro ponderou que o assunto foi exaustivamente tratado em mesa
105 diretora e que foi considerado o fato do esvaziando das entidades no período de férias escolares,
106 no entanto ficava a critério de cada entidade manter o atendimento. O Sr. André, da ONG Con-
107 tato e do CEDCA, disse que era importante que as entidades repensassem suas práticas e seu
108 papel na garantia da convivência familiar e comunitária, para compreender o fenômeno do
109 esvaziamento no período de férias escolares. O presidente Jose Pinto Monteiro frisou que estava
110 a critério das entidades atender no período de recesso, e que a posição do CMDCA era por não
111 penalizar as entidades com projetos financiados pelo Fundo Municipal para Atendimento da
112 Criança e do Adolescente. Refletiu que havia muita expectativa em razão da Copa do Mundo, no
113 entanto o Rio de Janeiro tinha grande experiência em receber eventos grandes e pouco intervinha
114 na rotina da cidade. **10- Informes das Comissões:** Não houve informes. **11- Informes Gerais.** A
115 conselheira Marli, do CT Zona Sul, solicitou que as entidades divulgassem a campanha contra o
116 Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e informou que havia folder sobre o
117 conselho tutelar para ser retirado na sala 540 do Centro Administrativo São Sebastião e que a FIA
118 estava disponibilizando pulseiras de identificação para crianças. A Sr^a Marli informou sobre o
119 evento, no dia 11/06/2014, sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, na Praia de
120 Botafogo. Nada mais havendo a tratar, o presidente José Pinto Monteiro deu por encerrada a
121 assembleia às dezessete horas e quinze minutos, e a ata segue assinada pelo presidente e
122 segunda secretária, em 09 de junho de 2014.

123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133

José Pinto Monteiro
Presidente do CMDCA- Rio

Selma Ribeiro Martins Peres
Segunda Secretária